

O quadro legal deverá ir além de proporcionar apenas a autorização para se endividar e incluir áreas de controlos estatutários consistentes com os objectivos, as políticas e estratégias (por exemplo: plafonds ou limites de endividamento) da gestão da dívida e da ajuda de um país e definir claramente o quadro institucional para desempenhar funções de gestão da dívida e da ajuda.

Em termos das melhores práticas, o quadro legal para a gestão da dívida e da ajuda precisa de incluir secções que cubram:

- Objectivo, âmbito de aplicação e definições usadas com o instrumento legal

- Autorização para se endividar, negociar e contrair nova dívida pública e novas obrigações da ajuda, e as circunstâncias para se encarregar de todos os tipos de endividamento e da emissão de garantias
 - Papel da estratégia nacional da dívida e da ajuda e política da dívida pública e da ajuda
 - Estabelecimento e papel de uma estrutura de coordenação apropriada tal como um Comité de Coordenação da Dívida e da Ajuda ou um grupo de trabalho

- Responsabilidades institucionais com respeito a registo, utilização e implementação, renegociação e prestação de contas da dívida e da ajuda
 - Transparência e prestação de contas na implementação da lei
 - Proibições ao abrigo da lei.

Exemplos de melhores práticas legais incluem as da [Nicarágua](#) e da [Tanzânia](#) .

O [UNITAR](#) produz publicações e materiais de formação e sobre os [aspectos legais](#) da gestão da dívida.